



IV SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS POR MEIO DO BALANÇO SOCIAL NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC

DANIELA DI DOMENICO

Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó
didomenico@unochapeco.edu.br

SADY MAZZIONI

Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó
sady@unochapeco.eu.br

VANDERLEI GOLLO

Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó
vande_gollo@unochapeco.edu.br

JANES VILLANI GEREMIA

Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unochapecó
janesv@unochapeco.edu.br



O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS POR MEIO DO BALANÇO SOCIAL NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC

RESUMO

O Balanço Social apresenta-se como uma ferramenta que gera informações praticadas pelas entidades. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar o nível de evidenciação de práticas sociais por meio do Balanço Social na Prefeitura Municipal de São Lourenço Do Oeste-SC, dos anos de 2012 e 2013, tomando como modelo o Balanço Social proposto por Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008) e Mazzioni, Galante e Kroetz (2006). O estudo caracteriza-se como documental, exploratório de natureza qualitativa. Em relação a análise dos dados, pode-se destacar o resultado operacional de 2013 que obteve crescimento de 264,03% em relação a 2012. Dentre os indicadores externos, toma-se como evidência a educação infantil, que obteve crescimento no investimento de 88% em 2013. Quanto aos indicadores internos, pode-se mencionar o montante dos valores com encargos sociais compulsórios, pois tem incidência direta com o valor da folha de pagamento. O corpo funcional obteve redução nas admissões em 2013, mas em compensação houve aumento no valor da folha de pagamento na casa de 31,08%. Observa-se que o Balanço Social é uma ferramenta que poderia ser mais utilizada, principalmente no setor público, dessa maneira novos estudos deste tipo de demonstrativo poderiam ser realizados.

Palavras-chave: Balanço social. Responsabilidade social. Gestão pública.

THE DISCLOSURE LEVEL OF SOCIAL PRACTICES THROUGH THE SOCIAL IN CITY HALL OF MUNICIPALITY OF SAN LORENZO'S WEST-SC

ABSTRACT

The Social Report is presented as a tool that generates information practiced by the authorities, so that all citizens can have access to economic, social and environmental information, but for the public administration the adoption of the Social Report is still an embryonic topic. Thus, the aim of this study is to analyze the disclosure level of social practices through the Social Report in the City of São Lourenço The West-SC, year-2012 and 2013, taking as model the Social proposed by Frey, Marcuzzo and Oliveira (2008) and Mazzioni, Galante and Kroetz (2006). The study is characterized as documentary, exploratory qualitative. Regarding the analysis of data, we can highlight the operating result of 2013 which registered growth of 264.03% compared to 2012. Among the external indicators, is taken as evidence early childhood education, which achieved growth in investment of 88% in 2013. As for the internal indicators, one can mention the amount of values with compulsory social charges as it has direct impact on the value payroll. The workforce achieved a reduction in admissions in 2013, but in return there was an increase in payroll of value in the house of 31.08%. It is observed that the Social Report is a tool that could be used, especially in the public sector, thus further studies of this kind of statement could be made.

Keywords: social balance. Social responsibility. Public administration.

1 INTRODUÇÃO

Com tantas mudanças que vem ocorrendo ao longo dos anos no meio ambiente e na sociedade, segundo Siqueira e Fernandes (2009, p. 2) “faz-se necessária, a existência de um



canal de informação entre empresa e sociedade. Este canal é, potencialmente, o balanço social”. De acordo com o autor, de tal forma o balanço social só será real se obter informações de caráter interno e externo da empresa.

Para Mazzioni, Galante e Kroetz (2006) o balanço social tem sido utilizado pelo meio empresarial, com caráter diferenciado, relatando informações não só no sentido econômico e financeiro, sendo que nos órgãos públicos municipais é pouco usual a prática da divulgação deste tipo de informações, até mesmo por ser um assunto novo para o setor público.

Perottoni e Cunha (1997) ressaltam que o balanço social é um grupo de informações que tem objetivo de divulgar dados sobre o desempenho financeiro e econômico das empresas nos benefícios sociais, por meio de ações desenvolvidas. Frey *et al.* (2008) enfatizam que com as desigualdades sociais as organizações necessitam de mais responsabilidade nas questões econômicas, ambientais e sociais, que se apresentam como táticas para o aumento da lucratividade e desenvolvimento da organização, com reflexos positivos aos seus colaboradores.

Segundo Silva (2014) os conceitos teóricos sobre responsabilidade social ao longo dos tempos têm se direcionado ao papel social das empresas, questionando a adoção do crescimento econômico como um ponto relevante para o seu desenvolvimento. Os investimentos sociais resultam em recursos alocados para o lado socioambiental, sendo também uma estratégia dos gestores e acionistas que procuram atingir competitividade e lucratividade, além de demonstrar seu lado social responsável. De acordo com Junqueira, Maior e Pinheiro (2011) o tema sustentabilidade é outro assunto relevante que vem crescendo gradativamente, deixando de ser discutido por poucos e atingindo os meios acadêmicos, governamentais e empresariais, tornando-se preocupação na sociedade civil e flexível a adaptações e interpretações.

Em relação a possibilidade do elo entre empresas e sociedade, é importante enfatizar que a responsabilidade social, vem agregando muitos benefícios para a comunidade, como a transmissão de valores e transparências. A publicação do Balanço Social por empresas da iniciativa privada tornou-se um diferencial em relação ao mercado, pois demonstra sua preocupação com aspectos socioambientais. As instituições públicas deveriam divulgar este tipo de relatório, detalhando seus recursos investidos e os efeitos causados, pois é indispensável que o poder público tenha a atenção voltada aos aspectos relacionados à sociedade e meio-ambiente (JUNQUEIRA; MAIOR; PINHEIRO, 2011; SILVA; 2014).

Para o setor público a responsabilidade social tem como objetivo melhorar as condições de vida da população, por meio de políticas públicas e prestação de contas de seus recursos, cabendo a eles desenvolver ações para suprir as necessidades da população como: educação, saúde, cultura, transporte habitação entre outras, promovendo a inclusão social.

As prefeituras têm menor poder de alocação de recursos do que a esfera estatal e federal por possuírem menor arrecadação, restringindo seus investimentos. Entretanto, é a esfera de governo mais próxima da comunidade, por isso muitas vezes é a mais reivindicada pelos cidadãos. Neste contexto, o problema que norteia esta pesquisa é: Qual o nível de evidenciação de práticas sociais por meio do Balanço Social na prefeitura de São Lourenço Do Oeste - SC? O objetivo deste estudo é analisar o nível de evidenciação de práticas sociais por meio do Balanço Social na Prefeitura Municipal de São Lourenço Do Oeste - SC.

Justifica-se o estudo pela necessidade de o setor público evidenciar inclusive suas práticas sociais, nas redes estaduais e federais, como forma de prestação de contas com a sociedade, pois, os governos são a extensão do povo que os escolheu, ao qual, esperam empenho e dedicação diante dos recursos públicos. Ferreira (2011) destaca que o Balanço Social tem papel de revelar à sociedade várias informações de caráter financeiro, econômico e



social sendo que seus escopos são fornecer transparência e noticiar informações que satisfaçam as necessidades de quem interessar.

Alguns aspectos relacionados ao demonstrativo de Balanço Social são expostos neste estudo contemplando as ações voltadas à melhoria das condições de vida da população. É necessário que os órgãos públicos divulguem suas e que alcancem o público alvo, por meio de prestações de contas das responsabilidades sociais de forma transparente e de simples entendimento.

2 GESTÃO PÚBLICA

A função principal da gestão pública consiste em visar o bem comum para toda a população. O estado foi criado para exercer suas funções e também necessita de uma estrutura para desempenhar seu papel chamado de gestão pública (MEIRELES, 1998). Para Frey *et al.* (2008) é preciso haver mais diálogo entre os governantes e sociedade, sendo que os gestores públicos devem ter a preocupação de demonstrar empenho nas realizações de atividades públicas e respeitar também a legalidade e as transparências dos recursos públicos.

Em uma nação democrática, os governantes são escolhidos pelo povo em eleições diretas, sendo os eleitos a representação da vontade e intenção da maioria das pessoas. Dessa maneira, a administração pública deve corresponder à confiança depositada e trabalhar de forma a investir os recursos públicos obedecendo às leis que regem esta atividade. De acordo com Art. 37 da Constituição Federal de 1988, “a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Para Meirelles (1998), a legalidade é um princípio administrativo em que o gestor público está regido às leis e exigências do bem comum, e dele não pode se afastar e ao praticar ato indisciplinar poderá expor a sua responsabilidade. Segundo Bulos (2002) no princípio da impessoalidade, o ato administrativo é realizado de acordo com escopos da lei, especificamente para evitar favoritismo.

No princípio da moralidade observa-se a pessoa em si como governante de seus atos. Para Meireles (1998) a moralidade esta ligada à opinião do bom administrador, sendo aquele que usa sua capacidade legal, obedece às normas e zela pela moral comum, distinguindo o lícito do ilícito e o justo do injusto. Percebe-se que este princípio está intimamente ligado à ética, principalmente do administrador público, no que se refere à transmissão de transparências e imparcialidade na sua conduta.

E por fim, o princípio da eficiência demonstra a intenção de administrar o recurso público de forma eficiente. Conforme Bulos (2002) este princípio explana a ideia de agilidade, rentabilidade e responsabilidade no cumprimento de seus deveres, sendo que seus objetivos devem obter resultados positivos, satisfazendo a necessidade dos administradores. Assim os governantes necessitam ter o pensamento de investir adequadamente os recursos públicos, de forma a satisfazer a sociedade em geral.

A gestão pública não é apenas regida de princípios para satisfazer os cidadãos, ela necessita também ter responsabilidade social perante os mesmos. Para Xavier e Maranhão (2010) responsabilidade social está presente em várias agendas de discussões de diversos autores tornando-se uma opção para resolver questões de ordem social.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social tornou-se necessária para o ambiente em que está inserida e para a sustentabilidade. Segundo Lira *et al.* (2001) é de conhecimento de todos que a sociedade está passando por imensas transformações, em todos os aspectos, e com isso vem o crescimento e aprofundamento da demanda social, elevando os graus de cidadania e educação



da população. O processo de transformação das relações de empresas e sociedade modificou-se com o tempo, Giacomini Filho e Reis (2008) afirmam que a partir dos anos de 1960 a questão ética das empresas ganhou força na sociedade, nos EUA a responsabilidade social começou a ser discutida na década de 1980, com as correntes de pensamentos conhecidas como *Business Ethics Social Issues Mangement e Business & Society*.

Calixto (2008) descreve que a responsabilidade social é um tema bastante discutido na literatura e há várias divergências no que se refere a sua definição e aspecto formal e a aceitação desta em alguns segmentos de negócios, dependendo da aplicação de suas variáveis. A literatura identifica autores que observaram o desenvolvimento da responsabilidade social corporativa com princípios nos anos 60 e 70, e engajamento de maior número de empresas na década de 90. Com o passar do tempo as organizações sentiram esta necessidade, e a própria sociedade pressionou silenciosamente esta preocupação com o social.

Lima et al. (2012) acrescentam que a responsabilidade social é um tema que continua a se transformar ao longo do tempo, baseando-se não apenas em opiniões e ações, mas também em planejamentos organizacionais e marketing com expectativa de mudança. Para Benedicto et al. (2013) a responsabilidade social empresarial pode ser entendida como relacionamento ético da empresa com todos as redes de atuação da instituição, demonstrando sua preocupação além do ambiente interno.

Conforme Silva et al. (2011) cada vez mais a idealização das responsabilidades sociais está difundida na sociedade esperando das empresas um maior envolvimento não só na sua organização, mas com toda a população. Diversas empresas tomam isso como um detalhe a ser trabalhado para reforçar sua imagem perante os clientes. As empresas buscam transmitir valores e uma visão de idoneidade, e utilizam esta ferramenta no intuito de fortalecer e criar vantagens comerciais.

Para Napoleão (2014) a maximização do lucro latente no sistema capitalista de certa maneira adicionado a lógica da ética maximização dos ganhos sociais só é possível com a mobilização política da cidadania. Conforme Melo Neto e Fróes (1999, p. 132) “o exercício de responsabilidade social pressupõe a adoção de um comportamento ético pela organização”, entende-se assim que as empresas devem comprovar sua responsabilidade com ações transparentes justificando seu papel de transmitir valores éticos.

Sgorla (2009) destaca que algumas empresas administram a responsabilidade social como um investimento social, estabelecendo estratégias e planejando o aumento de vendas de seus produtos ou contratação de seus serviços, por meio de projetos sociais e ambientais. Ainda Medeiros e Reis (2007) abordam que a Responsabilidade Social demonstrada nos Balanços Sociais é uma ferramenta indispensável para a divulgação das informações econômicas e sociais que tem como base a construção das demonstrações contábeis e planejamento institucional.

Souza, Lucas e Torres (2011, p. 5) descrevem que “as práticas sociais são vistas como construções dos atores sociais em seus contextos de interação, podendo este contexto ser ou não uma organização”. Com isso, espera-se que as ações sociais estejam realmente voltadas para este fim e que tenham efetividade para o fator de mudança e bem estar da sociedade.

Para Sgorla (2009) existem vários os tipos de ações sociais, pois cada organização possui sua situação econômica com setores, cultura, valores, princípios e objetivos diferentes, que levam a definir quais serão suas ações de responsabilidade social. O autor ainda destaca que a prática de responsabilidade social é tudo o que está voltado ao bem estar da sociedade.

Para Kroetz (2000) os empresários perceberam a importância da valorização do homem e do investimento cultural, sendo fator determinante para o sucesso do mercado, depois de sofrerem com diversas crises governamentais. Apesar da mecanização, o homem ainda possui valor nas instituições, mesmo que muitas empresas optem pela substituição da



mão de obra humana pelas máquinas, porque elas só produzem com o monitoramento dos funcionários, bem como da gestão e planejamento desta produção.

Estudos que envolvem o ramo da sustentabilidade estão cada vez mais ganhando espaço e destaque nas discussões da sociedade, tendo muita importância no que diz respeito ao meio ambiente, ganhando ênfase e levando em consideração o empenho dos impactos da atividade humana sobre a responsabilidade do planeta (Silva, 2014).

De acordo com Junqueira, Maior e Pinheiro (2011) há grandes iniciativas que intensificam o tema do desenvolvimento sustentável, o qual vem marcando mudanças na mentalidade empresarial. A partir da década de 90, este assunto vem agregando valor no investimento social e com isso criou-se o movimento de responsabilidade social e de sustentabilidade que destaca a criação do Selo Balanço Social Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico (IBASE) com critérios de transparências nas divulgações de ações sociais e também a criação da Lei de crimes ambientais.

Em uma instituição de governo, tanto esfera Municipal, Estadual ou Federal, a responsabilidade social, sustentabilidade e publicação do Balanço Social, torna-se indispensável. Pois, trata-se dos representantes legais do povo, utilizando dos recursos públicos para aplicação das ações sociais.

4 BALANÇO SOCIAL

A relação entre empregador e empregado historicamente fez com que as empresas cada vez mais se preocupassem com o lado humano. Com isso, as organizações sentiram a necessidade de transmitir e divulgar ações e informações voltadas à vida social. Segundo Tinoco (2008) as informações contábeis destinavam-se aos proprietários e administradores das organizações, e com o passar do tempo os investidores sentiram a necessidade de observar melhor as informações contábeis para verificar as situações financeiras. Além disso, por volta da década de 60 na Europa e nos Estados Unidos os próprios trabalhadores reivindicaram, além das informações econômicas, também investimentos sociais, aumentando a responsabilidade social das empresas. Assim na França, em 1977 foi oficialmente criado o Balanço Social, demonstrando estes aspectos relativamente sociais.

Segundo Reis e Giacomini Filho (2007) os primeiros Balanços Sociais apresentados no Brasil foram ao final dos anos de 1980, criado pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), mas em 1998 o IBASE lançou o Selo Social IBASE\Betinho que eram destinadas a todas as empresas que publicavam este tipo de demonstrativo, e com este Selo comprovava a responsabilidade social. Neste mesmo ano foi criado o Instituto Ethos de responsabilidade que operava na responsabilidade social, em que as empresas passaram a divulgar suas ações com os próprios empregados, comunidade e ambiente.

Para Colares et al. (2012) apesar do Balanço Social ser um relatório que possui informações sócio ambientais, ele vem cada vez mais sendo divulgado pelas empresas e solicitado entre os *Stakeholders*, distinguindo negócios sustentáveis, lembrando que *Stakeholders* é uma pessoa ou grupo que fez um investimento ou possui ações em uma empresa ou negócio. Para Mariano, Ribeiro e Colauto (2013) *stakeholders* é uma expressão que faz menção a obrigação de prestar conta.

Para Perottoni e Cunha (1997, p. 13) o “Balanço Social é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade”, pode-se descrever que o balanço social possui informações ligadas ao desempenho da empresa onde estão todas as informações de ações que promovem o melhoramento da sociedade de forma transparente e ética.



O Balanço Social é uma ferramenta que permite às empresas evidenciar a sociedade como é sua interação com o meio ambiente, e em contrapartida, o usuário dessa informação tem conhecimento se a empresa é social e responsável com o meio ambiente, influenciando até mesmo na escolha pelos serviços e produtos (SILVEIRA & PFITSCHER, 2011). É uma ferramenta de gestão e seu principal objetivo é repassar informações sociais, econômicas e financeiras de forma transparente, criando projetos, ações e benefícios voltados aos colaboradores (TORRES & SILVA, 2008).

Para Parisotto e Souza (2012) existem várias definições para o Balanço Social, mas todas estas definições estão direcionadas ao mesmo objetivo que é fornecer informações econômicas, sociais e ambientais de natureza qualitativa e quantitativa do desempenho socioambiental e econômico-financeiro das organizações.

Na concepção de Kroetz (2000) o Balanço Social não só é um demonstrativo dirigido à sociedade, mas também é uma ferramenta da contabilidade gerencial, pois agrega dados quantitativos e qualitativos sobre as políticas administrativas direcionadas a entidade e ambientes, servindo de instrumento de controle auxiliando na tomada de decisões.

Trevisan (2002) salienta que esse demonstrativo visa apresentar as atividades sociais desenvolvidas pela empresa e também a evolução dos empregos, treinamentos, proteção do meio ambiente, preservação dos bens culturais e a utilização dos lucros da empresa, prestando conta à comunidade, e dando condições para que esta possa identificar se empresa agrega valor à sociedade ou causa danos sociais.

Para Silva e Freire (2001, p.104), o balanço social é “o conjunto de informações com base técnico-contábil, gerencial e econômico, capaz de proporcionar uma visão da relação capital trabalho no que diz respeito a seus diferentes aspectos econômico-sociais”. Dessa maneira, transmite informações relevantes para uma interpretação de diversos ângulos, em que cada um identifica características particulares. Martins et al. (2013) acrescentam que o Balanço Social surgiu com a finalidade de demonstrar a relação da organização com seus colaboradores, comunidade e meio ambiente, e essas informações são procedentes da contabilidade tornando-se possível evidenciar as práticas sociais das entidades para todos os seus colaboradores.

Siqueira e Fernandes (2009) acrescentam que o balanço social não só deve demonstrar os efeitos positivos, mas também os negativos como a poluição, devastação, desemprego entre outros efeitos prejudiciais. Porém, ao longo do tempo se a contribuição social das empresas foi de acordo com o esperado, ele pode servir para apuração de resultados, mas também para a conscientização sobre os danos causados à natureza.

Para o setor privado o Balanço Social é algo que vem sendo discutido há décadas, mas no setor público isso é novo. Frey *et al.* (2008) ressaltam que um balanço social na área pública é inovador. Para Souza (1997) as organizações do setor público devem batalhar para efetivação de políticas públicas visando evidenciar sua qualidade e quantidade no papel desempenhado no setor social.

Frey *et al.* (2008) destacaram a inexistência de um modelo de Balanço Social instituído legalmente para o setor público, mas há uma proposta baseada no IBASE que contempla informações obtidas no sistema orçamentário e contábil dos municípios, com a principal finalidade de evidenciar a quantidade e qualidade dos resultados das políticas públicas realizadas por meio de programas do governo, e por isso este modelo foi ajustado às características originadas do orçamento e contabilidade do setor municipal mais específica as que se refere a gastos e receitas.

Para reforçar esta questão de um modelo de Balanço Social no setor público, nota-se a importância de sua elaboração, mas que seja de simples entendimento e acessibilidade, para que a população em geral possa usufruí-lo, com vistas a verificar os gastos e analisar se os



recursos foram utilizados adequadamente. Para Toledo e Rossi (2003), existem vários tipos de relatórios contábeis disponíveis à sociedade, alguns inclusive inseridos depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que estes são de entendimento complicado para a maioria da população, inclusive até para os representantes do poder legislativo municipal.

5 PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos designam a forma que foi desenvolvida a pesquisa. Quanto aos procedimentos trata-se de uma pesquisa documental, quanto aos objetivos caracteriza-se como pesquisa exploratória e em relação à abordagem do problema caracteriza-se como qualitativa.

Este estudo procura analisar o nível de evidenciação das práticas sociais por meio de um modelo de Balanço Social aplicado na Prefeitura Municipal de São Lourenço Do Oeste - SC, observando demonstrativos e modelos que estão sendo praticados e comparando com a característica da instituição em estudo. O modelo utilizado é uma adaptação de Frey *et al.* (2008) e Mazzioni, Galante e Kroetz (2006).

Para a coleta de dados, o modelo de Balanço Social foi estruturado e formulado em planilhas no Excel, adaptado as peculiaridades pertinentes ao setor público para fácil entendimento e distribuição dos dados a ser analisados. Foram analisados documentos e demonstrativos dos anos de 2012 e 2013. A coleta foi feita no mês de março de 2015 nos setores de recursos humanos, tributos, agricultura, assistencial social, saúde e educação, com seus respectivos responsáveis de cada setor.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da consulta realizada nos setores de recursos humanos, tributos, agricultura, assistência social, saúde e educação, esta seção volta-se a apresentar os dados obtidos com vistas a atender ao objetivo proposto. Assim, os resultados e informações estão apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela 1 – Base de Cálculo

1. Base de Calculo	Ano 2012	Ano 2013
Receita Corrente Líquida (RCL)	45.769.245,61	50.039.806,20
Receita de imposto e transferências (RIT)	1.333.321,19	4.853.668,03
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	16.745.875,60	21.950.959,78

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 1 apresenta a base de cálculo dos anos de 2012 e 2013, que é composta pela receita corrente líquida, receita de imposto e transferências e folha de pagamento bruta. Para Frey *et al.* (2008) a base de cálculo permite evidenciar o parâmetro dos indicadores e a partir disso torna-se possível verificar a aplicação dos recursos financeiros e por consequência demonstrar os resultados.

A receita corrente líquida é a soma das contribuições industriais, patrimoniais, agropecuárias, serviços, transferências e receitas correntes, e serve como base para os indicadores sociais internos, externos, gestão fiscal e ambiental e conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal a receita corrente líquida serve para medir os limites de gastos públicos com pessoal e seu endividamento. A receita de imposto e transferência é resultado obtido com as transferências e impostos. Folha de pagamento bruta é a somatória das remunerações dos servidores, além do salário, incluem-se gratificações, comissões, abonos, 13º salários, férias e encargos.

Conforme Tabela 1 observa-se que a receita corrente líquida obteve um acréscimo de 9,33% no ano de 2013, a folha de pagamento bruta obteve um aumento de 31,08%, que, no entanto, ocorreu uma redução do quadro funcional verificado na Tabela 7. Apesar de diminuir



o quadro de funcionários e ter aumentado o investimento em folha de pagamento bruta o governo municipal provavelmente aumentou os salários dos servidores e consequentemente os encargos sociais compulsórios.

Tabela 2 – Indicadores sociais internos

2. Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$) 2012	% Sobre FPB	% Sobre RCL	Valor (R\$) 2013	% Sobre FPB	% Sobre RCL
Alimentação	42.451,56	0,25%	0,09%	107.790,05	0,22%	0,49%
Diárias	177.804,06	1,06%	0,39%	267.691,23	0,53%	1,22%
Encargos Sociais Compulsórios	2.882.989,20	17,22%	6,30%	3.219.206,76	14,67%	6,43%
Segurança e saúde no Trabalho	20.130,00	0,12%	0,04%	23.770,95	0,11%	0,05%
Capacitação Profissional	11.843,60	0,07%	0,03%	4.522,00	0,01%	0,01%
Total	3.135.218,42	18,72%	6,85%	3.622.980,99	16,505%	8,20%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 2 apresenta os indicadores sociais internos que estão voltados ao público interno do setor, estes são os benefícios fornecidos aos servidores internos que contribuem direta ou indiretamente nos investimentos e aplicações. E para a definição destes indicadores foram utilizados os indicadores pertencentes ao Balanço Social como a alimentação que se refere aos gastos com cestas básicas, lanches, vale-refeição e outros relacionados à alimentação dos servidores, diárias com pousadas e hotéis, alimentações, locomoções a serviço, encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e as contribuições para o FPSM), segurança e saúde no trabalho e capacitação profissional (treinamentos, cursos e capacitação).

Pode-se observar que a principal despesa são os encargos sociais compulsórios, até porque a folha de pagamento, que é o principal fato gerador destas despesas também apresenta valores consideráveis. Quanto aos indicadores de alimentação e diárias obteve um aumento no ano de 2013 de 153,91% e 50,54% respectivamente. No entanto, houve uma redução expressiva nos investimentos com capacitação profissional de 162% no ano de 2013, podendo reduzir a qualidade de mão-de-obra nos próximos exercícios, mas no quesito de segurança e saúde no trabalho houve um aumento de 18,08%, mostrando a preocupação com a segurança e saúde dos servidores públicos.

Tabela 3 – Indicadores externos

3. Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$) 2012	% Sobre FPB	% Sobre RCL	Valor (R\$) 2013	% Sobre FPB	% Sobre RCL
Educação Infantil	2.971.769,29	17,75%	6,49%	5.555.553,64	25%	11,10%
Ensino Fundamental	13.027.435,88	77,79%	28,46%	8.983.485,05	41%	17,95%
Ensino Médio	314.255,38	1,88%	0,69%	257.314,49	1%	0,51%
Ensino Superior	239.427,12	1,43%	0,52%	169.917,90	1%	0,34%
Alimentação Escolar.	509.408,53	3,04%	1,11%	559.745,35	3%	1,12%
Transporte Escolar	947.447,25	5,66%	2,07%	974.801,76	4%	1,95%
Cultura e esporte (educação)	75.163,31	0,45%	0,16%	1.123.772,18	5%	2,25%
Saúde	9.440.630,77	56,38%	20,63%	10.400.801,93	47%	20,23%
Saneamento	1.231.603,77	7,35%	2,69%	50.004,90	0,2%	0,10%
Assistência Social	1.408.000,00	8,41%	3,08%	1.410.301,75	6%	2,82%
Habitação	41.350,00	0,25%	0,09%	31.053,71	0,1%	0,6%
Urbanismo	15.417.354,31	92,06%	33,68%	8.875.943,23	40%	17,74%
Agricultura	2.632.593,29	15,72%	5,75%	2.143.618,93	10%	4,28%
Indústria	298.716,14	1,78%	0,65%	NC*	NC*	NC*
Desporto e lazer	512.869,45	3,06%	1,12%	536.362,80	2%	1,07%
Outros	9.248.230,55	55,23%	20,21%	7.184.997,75	33%	14,36%
Total	58.316.255,04	348,24%	127,40%	48.257.675,37	220%	96,44%

*NC-Nada consta

Fonte: Dados da pesquisa



A Tabela 3 apresenta os indicadores externos representados pelos investimentos dos recursos direcionados a população em geral. Foram utilizados indicadores como, educação infantil, fundamental, médio e superior, que se referem aos investimentos na rede de educação escolar do município, a alimentação e transporte escolar, cultura e esporte. Referindo-se aos investimentos em patrimônio histórico, tanto na construção ou reforma como também na divulgação da cultura, na saúde são os gastos voltados a saúde da população em geral, tais como: consultas, exames gratuitos, medicações, vigilância sanitária e epidemiológica e até gastos com alimentação e nutrição, além de auxílio ao hospital.

O indicador do saneamento refere-se tanto para o urbano como rural, assistência social aos gastos relacionados com idosos, portadores de deficiência e pessoas de baixa renda, na habitação são os investimentos voltados a área urbana e rural, no urbanismo são recursos investidos na manutenção da área urbana. Na agricultura são os investimentos com a área rural como abertura e manutenção de estrada, pontes e outros mecanismos voltados para os agricultores, na indústria são recursos investidos em crescimento industrial, desporto e lazer, e por fim outros, que são investimentos voltados à população em geral.

Diante da Tabela 3 pode-se observar que o governo municipal em 2013 preocupou-se com a educação, pois são os gastos mais expressivos nos indicadores externos. Ressaltando que em 2013 os indicadores de educação obtiveram um aumento na educação infantil de 88%, além de aumento nos indicadores de alimentação escolar em 10%, transporte escolar 2,9%, cultura 1.495%, saúde 11% e desporto e lazer com 4,6%, e mesmo assim o governo obteve em 2013 uma redução nos gastos em 21% nos indicadores externos.

Tabela 4 – Indicadores ambientais

Indicadores Ambientais	Valor (R\$) 2012	% Sobre RO	% Sobre RCL	Valor (R\$) 2013	% Sobre RO	% Sobre RCL
Preservação e conservação ambiental	11.584,50	44,92%	0,03%	11.987,23	49%	0,02%
Controle Ambiental	2.677,89	10,38%	0,01%	2.347,98	10%	0,01%
Recuperação de áreas degradadas	4.006,17	15,54%	0,01%	3.784,76	16%	0,01%
Recursos Hídricos	7.519,25	29,16%	0,01%	6.253,09	26%	0,01%
Total dos investimentos Ambientais	25.787,81	100,00%	0,06%	24.373,06	100%	0,05%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a organização.	() Não possui metas			() Não possui metas		
	() Cumpre de 51 a 75 %			() Cumpre de 51 a 75 %		
	() Cumpre do 0 a 50 %			() Cumpre do 0 a 50 %		
	(X) Cumpre de 76 a 100%			(X) Cumpre de 76 a 100%		

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 4 constam os indicadores ambientais, estes são gastos voltados com a preservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas e recursos hídricos. Estes indicadores apresentam o nível de preservação ambiental realizada pelo setor público, salientando que estão inclusos nos indicadores externos pertencentes a agricultura.

Além desses elementos o setor possui o programa mata nativa, em que 29 propriedades são beneficiadas e recebem um valor por muda de R\$ 1,00 de árvores nativas em 10 cotas anuais, além disso, possui o viveiro florestal que produz mudas nativa e disponibiliza 100 mudas gratuitas para cada agricultor, e o programa de recuperação de fontes e proteção que presta assistência técnica, mas os custos são pagos pelo próprio agricultor.

Conforme se observa na Tabela 4, houve diminuição de 5,48% nos custos em investimentos ambientais, principalmente nos recursos hídricos, mas salienta-se que quanto aos estabelecimentos de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção e operação e eficácia na utilização dos recursos naturais continuam sendo cumpridas, apesar da diminuição com os investimentos ambientais.



Tabela 5 - Indicadores da gestão fiscal

Indicadores da Gestão Fiscal	Valor (R\$) 2012	% Sobre RI	Valor (R\$) 2013	% Sobre RI
Gastos com Executivo	57.427.133,33	98,48%	48.122.578,13	97%
Gastos com Legislativo	889.041,27	1,52%	1.258.218,40	3%
Total	58.316.174,60	100%	49.380.796,53	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Encontram-se expostos na Tabela 5 os resultados dos indicadores da gestão fiscal dos anos de 2012 e 2013. Para Frey *et al.* (2008) os indicadores de gestão fiscal contemplam os limites constitucionais e legais que o poder público deve analisar no gasto dos recursos, os quais são pré-requisitos para adesão dos atos de gestão.

E conforme Art. 20, inciso III, alínea 'b' da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, os gastos com pessoal do poder executivo não podem ultrapassar 54% da receita corrente líquida e de acordo com inciso III, alínea 'a', do mesmo artigo os gastos com pessoal do poder legislativo não podem ultrapassar 6% da receita corrente líquida.

Percebe-se que em 2013 os gastos com o executivo diminuíram 1,48 % se comparados a 2012 e os gastos com legislativo aumentaram 1,48% na mesma comparação. No exercício de 2012 a despesa é maior do que a receita, mas isso se deve pela utilização no exercício de 2012 do superávit do exercício anterior (2011) que foi de R\$ 5.385.154,99, pois se considera para realização da despesa o que tem de sobra do exercício anterior mais a arrecadação do ano, além disso, pode-se verificar uma sobra para o exercício seguinte.

Tabela 6 - Indicadores de efetividade das políticas públicas

Indicadores de efetividade das Políticas Públicas	Ano Base	Indicador Município	Indicador Estado	Ano Base	Indicador Município	Indicador Estado
Índice de desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2012	NC*	NC*	2013	0,749	0,774
IDHM-Educação	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Taxa de Alfabetização	2012	0,732	NC*	2013	0,732	NC*
Taxa Bruta de frequência a escola	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
IDHM-Longevidade	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Expectativa de vida ao nascer	2012	74,52	NC*	2013	74,84	NC*
IDHM-Renda	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Renda Municipal <i>per capita</i>	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Índice de Desenvolvimento Econômico - IDESE	2012	0,743	NC*	2013	NC*	NC*
Indicadores - Educação	2012	0,773	NC*	2013	NC*	NC*
Taxa de evasão escolar	2012	0,4	NC*	2013	0,7	NC*
Taxa de Reprovação no ensino fundamental	2012	6,2	NC*	2013	3,6	NC*
Indicadores-Saúde	2012	NC*	NC*		NC*	NC*
Taxa de mortalidade Infantil	2012	3,96	NC*	2013	10,39	NC*
Percentual de crianças com baixo peso ao nascer	2012	9,38	NC*	2013	10,49	NC*
Indicadores-Renda	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Percentual de indigentes	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Percentual de pobres	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Indicadores-Saneamento e Domicílio	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Percentual de pessoas que residem em casa com água encanada.	2012	NC*	83,90	2013	NC*	NC*
Percentual de pessoas que residem em casa com água encanada e banheiro.	2012	NC*	29,40	2013	NC*	NC*



Percentual de pessoas que residem em casa com serviço de coleta de lixo urbano.	2012	99,91	94,00	2013	99,96	NC*
Percentual de pessoas que residem em casa própria e quitada.	2012	NC*	NC*	2013	NC*	NC*
Percentual de pessoas que residem e casa com energia elétrica instalada.	2012	NC*	99,90	2013	NC*	NC*

*NC-Nada Consta

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 6 apresenta-se os indicadores de efetividade das políticas públicas, e estes indicadores sociais do município evidenciam se as políticas públicas estão sendo praticadas e se geram resultados positivos, mostrando a preocupação de melhorias de condições de vida da sociedade. Foram utilizados os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) e Indicadores de Desenvolvimentos Socioeconômicos (IDESE).

Diante dos dados apresentados pode-se perceber que são poucos os índices que apresentam valores, pois estes dados não estavam de posse da instituição e também não foram encontrados sites que pudessem disponibilizar tais informações.

Conforme a Tabela 6, o IDH apresentou crescimento em 2013 e os indicadores do IDESE apresentam alguns resultados negativos, como a taxa de evasão escolar com aumento de 0,3%, a mortalidade infantil aumento de 6,43% e aumento de 1,1% na taxa de criança com baixo peso ao nascer, mas gerou pontos positivos no quesito da taxa de reprovação escolar e percentual de pessoas que residem em casa com serviço de coleta de lixo urbano.

Tabela 7 - Indicadores do corpo funcional

Indicadores do Corpo Funcional	Executivo/Legislativo	Executivo/Legislativo
	2012	2013
Nº de servidores ativos no início do período efetivo	373	432
Nº de servidores ativos ao final do período	432	414
Nº de servidores inativos e pensionistas ao final do período.	6	6
Admissões do período	68	3
Demissões do período	9	21
Aposentados do período	2	2
Nº de estagiários	71	72
Nº de portadores de deficiência	1	1
Total de homens	151	143
Total de mulheres	281	271
Total de mulheres que ocupam cargo de chefia	26	28
Total de homens que ocupam cargo de chefia	22	11
Total de brancos	432	414
Total de pardos	0	0
Total de amarelos	0	0
Total de negros	0	0
Total de indígenas	0	0
Servidores Especializados	67	63
Servidores Graduados	183	178
Servidores com ensino médio	152	146
Servidores com ensino Fundamental	30	27
Nº de servidores efetivos	432	414
Nº de servidores ACT	86	121

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 7 apresenta-se o corpo funcional do início de 2012 ao final de 2013, estes indicadores indicam a quantidade de servidores do período, sendo ativos, inativos, pensionistas, as admissões, demissões, total de homens e mulheres e também os que ocupam



cargo de chefia, aposentados, estagiários, portadores de deficiência, raça, números de servidores com grau de escolaridade, servidores com cargos de confiança, servidores efetivos e servidores de caráter temporário.

Observa-se um crescimento no quadro de funcionários de 15,89% no ano de 2012, mas em contrapartida houve uma redução de 3,70% no ano de 2013. Nas admissões de 2012 para 2013 houve redução de 95,58%, e nas demissões houve crescimento de 57,14%. Em 2012 havia mais mulheres que homens, mas no cargo de chefia os homens ocupavam 14,56% enquanto as mulheres ocupavam 9,25%, em 2013 o total de mulheres continuou maior, mas nos cargos de chefia passaram a ocupar 10,33% e os homens 7,7%. Quanto à raça, pardos, amarelos, negros e indígenas, encontram-se zerados, isso por que o setor responsável pelo registro registrou todos como brancos. No entanto, pode-se perceber que houve uma diminuição nos quadros de funcionários no ano de 2013, apenas os contratados em caráter temporário tiveram aumento de 40,69%.

Tabela 8 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania e da transparência da gestão.

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania e da transparência da gestão.	2012	2013
Relação entre maior e menor remuneração da organização	Maior R\$ 4.990,37 Menor R\$ 1.182,53	Maior R\$ 5.181,13 Menor R\$ 1.253,47
Numero de acidentes de trabalho.	53	105
Numero de projetos em andamentos da gestão anterior.	04	04
Numero de projetos iniciados na gestão e continuam em andamento na atual	04	04
Programas elencados no orçamento voltados para a comunidade foram definidos pelo (a)	(X) Executivo () Legislativo () Comunidade	(X) Executivo () Legislativo () comunidade
No que se refere à transparência da gestão dos recursos públicos a da participação popular	() Não são praticados. (X) São praticados sob exigência legal. () São praticados mesmo sem exigência legal.	() Não são praticados. (X) São praticados sob exigência legal. () São praticados mesmo sem exigência legal.
Os mecanismos praticados para garantir a transparência da gestão pública e incentivar a participação popular contemplam:	(X) publicações internas (X) publicações externas. (X) audiências públicas	(X) publicações internas (X) publicações externas. (X) audiências públicas
O índice de participação da comunidade nas audiências públicas é considerado:	(X)baixo () médio ()alto	(X)baixo () médio ()alto
No que se refere ao atendimento de reclamação e críticas da comunidade.	(X) há setor responsável () não há setor responsável	(X) há setor responsável () não há setor responsável
Número total de reclamação e críticas da comunidade:	Na organização 0% Na justiça 0% () Não há controle	Na organização 0 % Na justiça 0% () Não há controle
% de reclamação e críticas solucionadas:	Na organização 0% Na justiça 0 % () Não há controle	Na organização 0 % Na justiça 0 % () Não há controle

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 8 apresenta as informações relevantes quanto ao exercício da cidadania da transparência da gestão. Nesta tabela consta a maior e menor remuneração entre os servidores, o número de acidentes de trabalho, de projetos da gestão anterior e atual, programas elencados no orçamento voltados a comunidade, transparência da gestão dos recursos e participação da população, os mecanismos praticados para garantir a transparência da gestão pública e incentivo para a participação popular, o índice de participação popular nas audiências públicas, atendimento e números de reclamações e críticas a comunidade e a porcentagem de reclamações e críticas solucionas.



Em relação ao maior salário de 2012 para 2013 houve um crescimento de 3,9% e quanto ao menor, houve um crescimento de 6%. Os acidentes de trabalho tiveram um crescimento de 98% de 2012 para 2013. Os projetos que estavam em andamento na gestão anterior e os iniciados mantiveram-se no mesmo nível. No que se refere aos métodos praticados para certificar a transparência da gestão pública e estimular a participação popular estão praticados sob exigência legal, e suas publicações são internas, externas e públicas. Os programas elencados no orçamento voltados a comunidade são definidos pelo poder executivo, apesar de o nível de participação da comunidade nas audiências pública ser baixo. A administração também se preocupa com a comunidade no que se refere às reclamações e críticas, pois há um setor responsável para atender, mas este não recebeu reclamações e críticas da comunidade.

No ano de 2013 houve uma redução de gastos, e no ano de 2012 a administração utilizou o superávit de 2011 para suprir suas despesas, que por sua vez foi de R\$ 5.385.154,99. É possível que esta redução de gastos no ano de 2013 esteja relacionada à troca de gestão, mas nada se confirmou. Apesar da redução de gastos em 2013, os gastos com educação e saúde continuam com maiores investimentos.

Observa-se que em 2013 houve redução no quadro de funcionários da prefeitura em 3,70%, mas houve um aumento nas Admissões de Caráter Temporário (ACT), além disso, os cargos de confiança estão mais voltados para as mulheres. Também merece destaque os indicadores de gestão ambiental, em que são oferecidos programas para o incentivo do reflorestamento mostrando preocupação com a natureza e recursos naturais.

Em relação aos projetos em andamento, tanto na gestão atual como na anterior, os mesmos continuam estabilizados. No que diz respeito à participação da população nas audiências públicas o nível continua baixo, mesmo que a gestão utilize publicações internas e externas para garantir transparência e incentivar a participação popular nas audiências. Entretanto, com a baixa participação popular nas audiências cabe ao executivo e legislativo definir os programas voltados à comunidade.

7 CONCLUSÃO E PESQUISA FUTURAS

O presente estudo objetivou analisar o nível de evidenciação das práticas sociais por meio do balanço social na prefeitura de São Lourenço Do Oeste - SC, ressaltando que muitas vezes as prefeituras têm menor poder de alocação de recursos, mas por outro lado, é a esfera pública que está mais próxima dos cidadãos e consequentemente a mais exigida pela comunidade.

Quanto a análise de dados pode-se destacar que a receita corrente líquida obteve um acréscimo em 2013, na casa de 9,33%, possível assim manter e ampliar programas e projetos equivalentes aos praticados no ano de 2012. Houve aumento também na receita de impostos e transferências. Este aumento foi proporcionado inclusive pela folha de pagamento bruta que apresentou crescimento de 31,08% em 2013.

Para os indicadores sociais internos a principal despesa está vinculada aos encargos sociais compulsórios. A folha pagamento bruta apresenta valores consideráveis comparando com o restante dos indicadores da tTabela 2. Quanto aos demais indicadores, os de alimentação, diárias e segurança e saúde no trabalho obtiveram um aumento expressivo no ano de 2013 em comparação com 2012 sendo 153,91%, 50,54% e 18,08% respectivamente, e no quesito da segurança e saúde no trabalho percebe-se a preocupação da gestão com seus colaboradores, representada pelo aumento no investimento neste item agregando segurança no dia a dia dos mesmos.

Os indicadores externos o que mais se destaca é o aumento na educação infantil, alimentação escolar, saúde e cultura sendo 88%, 10%, 2,9% e 1.495% respectivamente, mas



mesmo assim obteve uma redução nos seus gastos em 21%, pois diminuíram os investimentos no ensino fundamental e no urbanismo.

Os gastos voltados a preservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas e os recursos hídricos, em que a prefeitura possui alguns programas voltados aos agricultores para a preservação ambiental, apresentaram em 2013 uma diminuição de 5,48%. Os mais relevantes são notados principalmente nos recursos hídricos.

Observa-se que no exercício de 2012 a despesa é maior do que a receita, mas isso se deve pela utilização no exercício de 2012 do superávit do exercício anterior (2011) que foi de R\$ 6.463.973,11, pois se considera para concretização da despesa o que tem de sobra do exercício anterior mais a arrecadação do ano.

Os indicadores de efetividade das políticas públicas são representados pelos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) e Indicadores de Desenvolvimentos Socioeconômicos (IDESE), em que pôde-se constatar que são poucos os índices encontrados, pois estes dados não estavam de posse da instituição e também não foram encontrados sites e fontes que pudessem disponibilizar estas informações. Diante dos índices coletados o IDH resultou positividade em relação em 2013 e os IDESE, alguns resultados negativos.

Em relação ao corpo funcional observa-se que houve um crescimento no quadro de funcionários de 15,89% em 2012, e redução de 3,70% no ano de 2013. As admissões apresentam redução de 95,58%, e as demissões um de 57,14. Entre os colaboradores havia mais mulheres nos dois períodos. Em 2012, para os cargos de chefia predominavam os homens, invertendo a situação em 2013, evidenciando a valorização da mulher no mercado de trabalho.

As contratações em caráter temporário aumentaram 40,69% no ano de 2013. Das informações que representam o exercício da cidadania da transparência da gestão, ganha destaque os acidentes de trabalho com crescimento de 98% de 2012 para 2013. Quanto aos projetos que estavam em andamento na gestão anterior e os iniciados na atual não houve alterações significativas.

Devido a relevância da prestação de contas na gestão pública, o desenvolvimento de um modelo de Balanço Social para as prefeituras tende a se tornar uma ferramenta essencial para a divulgação de informações socioambientais e econômicas à comunidade. E para complementar o estudo sugere-se que pesquisas futuras contemplem o estudo em diversas outras prefeituras, para a viabilidade da confrontação dos indicadores, e a verificação do cumprimento, por parte da gestão pública municipal, do seu principal papel de prestar contas dos seus resultados com transparência e visando o bem estar da população e a sua razão de existir.

REFERÊNCIAS

Benedicto, S. C., Stieg, C. M., Lames, E. R., & Silva Filho, C. F., (2013). Responsabilidade social e estratégia em instituições financeiras públicas e privadas. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 11, n. 1, p. 86-102.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 maio. 2014.

Bulos, A. L., (2002). *Constituição federal anotada*. 4. ed. São Paulo: Saraiva.

Calixto, L., (2008). Responsabilidade socioambiental: pública ou privada? *Contabilidade Vista & Revista*, v. 19, n. 3, p. 123-147.



- Colares, A. C. V., Bressan, V. G. F., Lamounier, W. M., & Borges, D. L., (2012). O balanço social como indicativo socioambiental das empresas do índice de sustentabilidade empresarial da BM&F BOVESPA. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 17, n. Especial, p. 83-100.
- Ferreira, R.N., (2011). Investimentos sociais e riqueza gerada: uma análise a partir do balanço social. *Revista Pretexto*, v.12, n 4, p.09-32.
- Frey, M.R., Marcuzzo, J.L., & Oliveira, C., (2008). O balanço social como ferramenta de transparência para o setor público municipal. *Revista Universa Contábil*, v. 4, n. 2, p. 75-92.
- Junqueira, L. A. P., Maior, J. S., & Pinheiro, F. P., (2011). Sustentabilidade: a produção científica brasileira entre os anos de 2000 e 2009. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 5, n. 3, p. 36-52.
- Kroetz, C. E. S., (2000). *Balanço Social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Lima, A. P. L., Brasileiro, F. S., Menezes, I. P., & Garcia, J. C. R., (2012). Conceitos, práticas e desafios da responsabilidade social na produção científica. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 2, n. 2, p. 30-42.
- Lira, Z. B., Lagioia, U. C. T., Libonati, J. J., & Ribeiro Filho, J. F., (2011). Balanço social como instrumento para avaliação das ações sociais de instituições públicas: uma proposta à Fundação Joaquim Nabuco. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 9, n. 1,.
- Mariano, J. M., Ribeiro, F., & Colauto, R. D., (2013). Indicadores socioambientais da Prefeitura Municipal de Curitiba. *Revista Capital Científico – Eletrônica*, v. 11, n. 3, p. 26-42.
- Martins, A. S. R., Quintana, A. C., Jacques, F. V. S. & Machado, D. P., (2013). O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 10, n. 19, p. 49-70.
- Mazzioni, S., Galante, C. & Kroetz, C. E. S., (2006). Delineamento de um modelo de Balanço Social para prefeituras municipais. In: 6º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2006, São Paulo.
- Medeiros, L. E. & Reis, C.N., (2007). *Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: Atlas.
- Meirelles, H. L., (1998). *Direito administrativo brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Malheiros.
- Melo Neto, F. & Froes, C., (1999). *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Napoleão, R., Carvalho Neto, A. M., Lima, G. S., Gonçalves, P. & Almeida, T., (2014). Responsabilidade Social Empresarial e gestão de pessoas: a perspectiva dos trabalhadores de uma empresa pública. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 12, n. 2.
- Parisotto, I. R. D. S. & Souza, M. T. S., (2012). Investimento socioambiental de bancos brasileiros. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 10, n. 1, p. 53-83.
- Perottoni, M.A. & Cunha, A. S. D., (1997). Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v 26, n.104, p.12-20.
- Reis, A. & Giacomini Filho, G., (2008). Indicadores de Responsabilidade Social: estudo comparativo entre empresas públicas e privadas, baseado no Balanço Social IBASE. *Revista de Ciências da Administração*, v. 10, n. 22, p. 171-185.



- Sgorla, F.A., (2009). Responsabilidade social das organizações privadas: das práticas à gestão. *Revista Alcance*, v. 16, n. 3, p. 392-403.
- Silva, C. A. T. & Freire, F.S., (2001). *Balanço social: teoria e prática*. 1.ed. São Paulo: Atlas.
- Silva, T. L., Oliveira, M. C., Araújo, O. C. & Bugarim, M. C. C. (2011). Etapas e dificuldades de elaboração do Balanço Social de Organizações Não Governamentais: um estudo de caso. *Revista de educação e pesquisa em contabilidade*, v. 5, n. 1, p. 1-20.
- Silva, M. E.A., (2014). Estratégia de Responsabilidade Social e a transição para sustentabilidade. *Teoria e Prática em Administração*, v. 4, n. 1, p. 56-77.
- Siqueira, J. R. M. & Fernandes, F. S., (2009). Balanços sociais no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 14, n. 2, p. 18-31.
- Silveira, M. L. G. & Pfitscher, E. D., (2011). Estudo de caso: análise de um balanço social de uma empresa do ramo de energia elétrica. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 2011, Florianópolis. *Anais*.
- Souza, E. C. L., Lucas, C. C. & Torres, C. V., (2011). Práticas Sociais, Cultura e Inovação: três conceitos associados. *Revista de Administração FACES Jornal*, v. 10, n. 2, p. 210-230.
- Souza, H., (1997). *Empresa pública e cidadã*. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 mar. 1997.
- Tinoco, J. E. P., (2008). *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas.
- Toledo JR, Flavio, C. & Rossi, Sergio C., (2002). *Lei de responsabilidade fiscal*. 2. ed. São Paulo: NDJ.
- Torres, J. F. & Silva, F. R., (2008). Balanço Social: instrumento de evidenciação dos objetivos sociais. *Pensar Contábil*, v. 10, n. 39, p. 1-10.
- Trevisan, F. A., (2002). Balanço social como instrumento de marketing. *RAE- eletrônica*, v. 1, n. 2, p. 1-12.
- Xavier, W. & Maranhão, C., (2010). Responsabilidade social: a privatização do público. *Organizações & Sociedade*, v. 17, n. 53, p. 297-309.